



Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado

Unidade: SECRETARIA MUNICIPAL SAUDE SERRO

Município: SERRO/MG



Sumário

I - DADOS BÁSICOS	3
II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES	3
III - INTRODUÇÃO	3
IV - METODOLOGIA	4
V - CONSTATAÇÕES	7
VI - CADASTRO DA NOTIFICAÇÃO	27
VII - REGISTRO FINAL SOBRE A NOTIFICAÇÃO	27
VIII - CONCLUSÃO	28





SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



I - DADOS BÁSICOS

Finalidade: Auditoria Programada

Entidade Responsável: SECRETARIA MUNICIPAL SAUDE SERRO

CPF/CNPJ: 18.303.271/0001-81

Município/UF: SERRO-MG

Unidade Visitada: SECRETARIA MUNICIPAL SAUDE SERRO

CPF/CNPJ: 18.303.271/0001-81

Município/UF: SERRO/MG

Demandante: Componente Estadual do SNA

Forma: Direta

Objeto: Gestão

Abrangência: Janeiro/2023 a Abril/2024

Gestão do Prestador: Plena

Fase(s):

Tipo da Fase	Data Início	Data Término
Analítica	26/02/2024	12/04/2024
Execução - In loco	16/04/2024	18/04/2024
Relatório	22/04/2024	08/05/2024

Tarefa Nº: 150100

Natureza da Entidade: Municipal

II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES

III - INTRODUÇÃO

FATOR DESENCADEANTE

Trata-se de ação de Auditoria Programada, em atendimento ao Plano Anual de Auditoria de 2024, que propõe a realização de auditoria nos municípios que assumiram a gestão de seus prestadores, verificando o atendimento às responsabilidades sanitárias dispostas no Anexo III da Resolução de Consolidação CIT nº 1, de 30 de março de 2021, bem como nas demais normativas aplicáveis.

OBJETIVO E ESCOPO

Avaliar se o Município do Serro, que assumiu a gestão dos seus prestadores, está organizado quanto à implantação e operacionalização do Componente Municipal de Auditoria; implantação e operacionalização do Serviço Municipal de Controle, Regulação e Avaliação; estruturação legal do Fundo Municipal de Saúde; regularidade do processo de formalização de Contratos e/ou Convênios com o prestador assistencial hospitalar localizado na sede do Município; e regularidade na apresentação dos Instrumentos de Gestão do SUS.

O período de abrangência desta auditoria é referente a janeiro/2023 a abril/2024.

CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DA AUDITORIA



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



O Município de Serro situa-se na região do Vale do Jequitinhonha, Estado de Minas Gerais, a 227,8 km de distância da capital Belo Horizonte. Localiza-se na Macrorregião de Saúde Jequitinhonha e na Microrregião Serro (PDR-SUS/MG 2019).

Segundo dados do Censo de 2022, sua população é de 21.952 habitantes, sendo essa população distribuída por uma área de 1.217,8 km² (IBGE/2022). O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Serro é de 0,656, o que situa esse Município na faixa de desenvolvimento humano médio (Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil/2013).

Serro assumiu a gestão dos seus prestadores, por meio da Deliberação CIB-SUS/MG Nº 3.736, de 16/02/2022, com efeitos financeiros a partir de junho de 2022. O Município possui 18 unidades de saúde cadastradas sob gestão municipal e que constituem a rede pública de saúde, entre as quais se destaca a presença de: oito Unidades Básicas de Saúde, um Centro Odontológico, uma Policlínica Municipal, um Centro de Atenção Psicossocial, uma Farmácia Municipal e um hospital privado conveniado ao SUS, o Hospital Casa de Caridade Santa Tereza (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, em 05/03/2024).

A Casa de Caridade Santa Tereza (CNES 2202891 e CNPJ 24.975.237/0001-56) é uma entidade sem fins lucrativos e é o único hospital do município. Possui 69 leitos cadastrados no CNES, sendo 50 disponibilizados ao SUS. Esses leitos estão distribuídos nas seguintes especialidades: clínica geral, clínica cirúrgica, obstetrícia, pediatria, neonatologia e psiquiatria (CNES, 05/03/2024).

IV - METODOLOGIA

A seleção e análise das temáticas da Auditoria Programada em municípios que assumiram a gestão de seus prestadores, seguirá as seguintes diretrizes metodológicas:

- Quanto ao Componente Municipal de Auditoria e ao Serviço Municipal de Controle, Regulação e Avaliação: será verificada a regularidade em relação à implantação e operacionalização dos serviços;
- Quanto ao Fundo Municipal de Saúde: não será contemplada a análise em relação aos recursos financeiros da contrapartida municipal, não sendo objeto de análise a verificação da regularidade das movimentações e a execução de despesas;
- Quanto aos Contratos e Convênios: não será contemplada a análise em relação aos processos licitatórios e contratos com prestadores não sediados no município auditado. A opção de legislação será determinada de acordo com a regência dos contratos firmados, conforme data de assinatura destes (Lei nº 14.133/2021 ou Lei nº 8.666/1993, a Lei nº 10.520/2002, e os arts. 1º a 47-A da Lei nº 12.462/2011);
- Quanto aos Instrumentos de Gestão do SUS: será verificada a formalização dos mesmos, sendo a análise restrita às formalidades de elaboração, registro/elaboração no Sistema DIGISUS e encaminhamento ao Conselho Municipal de Saúde e/ou Casa Legislativa. Não será contemplada a avaliação em relação à regularidade do conteúdo técnico e estrutural dos instrumentos, tampouco a compatibilidade com os instrumentos de planejamento orçamentário e financeiro do município.

FASE ANALÍTICA

- Análise do processo principal desta auditoria - SEI nº 1320.01.0014139/2024-28;
- Análise do processo da pasta de papeis de trabalho desta auditoria - SEI 1320.01.0014142/2024-44;
- Verificação da Matriz de Planejamento – Eixo Plenos;
- Levantamento e estudo das legislações referentes ao município auditado e aos objetos de auditoria, principalmente, as que constam nos critérios da Matriz de Planejamento de auditoria;
- Análise de relatórios extraídos do CNES, referentes ao Município de Serro, acessados em 05/03/2024;
- Análise de Relatórios da PPI assistencial do Município de Serro, disponíveis no site: <http://ppiassistencial.saude.mg.gov.br/consultappi>;
- Análise de Relatórios e documentos, referentes aos Instrumentos de Gestão do município de Serro, disponíveis no Sistema DigiSUS, no site: <https://digisusgmp.saude.gov.br/v1.5/transparencia/downloads>;
- Análise de Relatórios e documentos, referentes à gestão do FMS do município de Serro, disponíveis no site: <https://serro.mg.gov.br>;
- Análise do Relatório do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil/Serro/2013;
- Elaboração do cronograma de auditoria;
- Envio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 120/2024, de 15 de março de 2024, de comunicação de auditoria e solicitação dos seguintes documentos à Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Serro:



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Componente Municipal de Auditoria (CMA):

1. Ato legal de criação do Componente Municipal de Auditoria;
2. Regulamento e/ou protocolo de atuação do Componente Municipal de Auditoria;
3. Organograma da SMS;
4. Ato(s) de designação e/ou nomeação do(s) profissional(is) auditores;
5. Registros das ações realizadas, incluindo Relatórios de Auditoria, Relatórios de Visitas, Pareceres Técnicos e/ou outros;
6. Inventário da estrutura (mobiliários e equipamentos) do setor de Auditoria;
7. Expedientes emitidos com o encaminhamento do relatório concedendo a oportunidade de manifestação do auditado frente o Relatório de Auditoria;
8. Expedientes emitidos com o encaminhamento de relatório/resultados de auditoria aos órgãos de controle interno e externo.

Serviço de Controle, Regulação e Avaliação (SCRA):

9. Protocolos de Regulação do Acesso implantados no município;
10. Documentos que comprovem a elaboração, discussão, aprovação, divulgação e capacitação dos servidores do SCRA e dos profissionais das unidades de saúde em relação aos protocolos de Regulação de Acesso;
11. Documentos que comprovem que as equipes de Regulação, Controle e Avaliação são capacitadas de forma permanente (cronogramas de capacitação, materiais didáticos, listas de presença, certificados, etc.);
12. Documentos que comprovem que as equipes de Regulação, Controle e Avaliação capacitam os profissionais das unidades de saúde de forma permanente (cronogramas de capacitação, materiais didáticos, listas de presença, certificados, etc.);
13. Agendas/planilhas de marcação de procedimentos ambulatoriais (consultas e exames especializados) e hospitalares disponíveis no seu território para população própria, dos três meses selecionados como amostra;
14. Agendas/planilhas de marcação de procedimentos ambulatoriais (consultas e exames especializados) e hospitalares disponibilizados em outros municípios (municípios referenciados a outros municípios), dos três meses selecionados como amostra;
15. Relatórios de contra referência e Relatórios de Tratamento Fora do Domicílio (TFD), dos três meses selecionados como amostra;
16. Lista de usuários referenciados por outros municípios, dos três meses selecionados como amostra;
17. Controle das cotas dos procedimentos especializados que são disponibilizados à população de referência, por município de origem, dos três meses selecionados como amostra;
18. Documentos técnicos que subsidiem a revisão da PPI (controle de cotas, atas de reuniões da Referência Técnica do SCRA e SMS e outros documentos que comprovem a revisão periódica da PPI);
19. Lista de Autorizadores de Internações Hospitalares (AIH) e de Procedimentos Ambulatoriais (APAC), com os respectivos vínculos funcionais e nomes dos estabelecimentos os quais os mesmos são responsáveis pelas autorizações;
20. Ato de designação do(s) profissional(is) responsável(s) pela autorização de AIH e APAC;
21. Documentos que comprovem a formação dos profissionais autorizadores de AIH e APAC (diploma, declaração de conclusão de curso, registro em Conselho de Classe);
22. Espelhos de AIH das três últimas competências processadas;
23. Síntese de Produção de APAC das três últimas competências processadas;
24. Ato formal de nomeação da Comissão de Acompanhamento da Contratualização da Unidade Hospitalar Casa de Caridade Santa Tereza;
25. Publicação no Diário Oficial (ou equivalente) com a composição da Comissão de Acompanhamento da Contratualização da Unidade Hospitalar Casa de Caridade Santa Tereza;
26. Documentação comprobatória das atividades desenvolvidas pela Comissão de Acompanhamento da Contratualização da Unidade Hospitalar Casa de Caridade Santa Tereza (atas, relatórios, planilhas e outros);
27. Ato formal de nomeação da Comissão Municipal Responsável pelo TFD ou de cada profissional para a função;
28. Extratos da conta corrente utilizada para pagamento do TFD e registros de movimentação bancária, dos três meses selecionados como amostra.

Fundo Municipal de Saúde (FMS):

29. Lei Municipal que cria o Fundo Municipal de Saúde;
30. Lei Orçamentária Anual (LOA) e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) dos exercícios de 2023 e 2024;
31. Quadro Demonstrativo da Despesa (QDD) do FMS dos exercícios de 2023 e 2024;



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



32. Relação das contas correntes do FMS (contendo a especificação de cada conta);
33. Contrato com o banco e/ou outro documento com a identificação da conta da contrapartida municipal (15%), informando a qual CNPJ essa conta está vinculada (se ao CNPJ do FMS ou ao CNPJ da Prefeitura);
34. Extratos bancários da conta corrente de movimentação dos recursos da contrapartida municipal, dos três meses selecionados como amostra;
35. Ato legal de nomeação do atual Gestor Municipal de Saúde;
36. Ato de designação do atual Gestor Municipal de Saúde como ordenador de despesa;
37. Documento que formalize a delegação da ordenação de despesa a subalternos do Gestor Municipal de Saúde dentro da SMS, tais como Portaria ou Deliberação e respectiva publicação oficial;
38. Contratos e/ou convênios vigentes formalizados com o prestador hospitalar Casa de Caridade Santa Tereza;
39. Processos licitatórios referentes aos contratos e/ou convênios formalizados com o prestador Casa de Caridade Santa Tereza;
40. Ato(s) normativo(s) de designação da comissão de licitação referente(s) ao(s) processos licitatórios e aos contratos e/ou convênios formalizados com o prestador de serviços hospitalares (Casa de Caridade Santa Tereza) e/ou Ato de designação do Agente de Contratação ou Comissão de contratação conforme requisitos previstos na Lei nº 14.133/2021 (Art. 8º, § 1º, §2º, §3º).

Instrumentos de gestão

41. Programação Anual de Saúde (PAS) 2024;
42. Ofício/E-mail ou outro comprovante de encaminhamento da Programação Anual de Saúde (PAS) 2024 ao CMS;
43. Atas de reuniões do CMS de apreciação/aprovação da PAS 2024;
44. Ato legal (Resolução, Deliberação, Decreto, Portaria, etc) de aprovação da PAS 2024, pelo CMS;
45. Relatório Anual de Gestão (RAG) de 2023;
46. Ofício/E-mail ou outro comprovante de encaminhamento do Relatório Anual de Gestão (RAG) de 2023 ao CMS;
47. Atas de reuniões do CMS de apreciação do RAG 2023;
48. Ato legal (Resolução, Deliberação, Decreto, Portaria, etc) com parecer conclusivo sobre o RAG 2023 pelo CMS;
49. Terceiro Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) do ano de 2023;
50. Ofício/E-mail ou outro comprovante de encaminhamento ao CMS dos três Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior (RDQAs) do ano de 2023;
51. Atas de reuniões do CMS de apreciação dos três RDQAs do ano de 2023;
52. Ofícios de encaminhamento dos três RDQAs do ano de 2023 à Câmara de Vereadores;
53. Atas de reuniões da Câmara de Vereadores comprovando a apresentação dos três RDQAs do ano de 2023 em audiência pública.

FASE OPERATIVA

A auditoria operativa foi realizada no período de 16 a 18/04/2024. A equipe de auditores da SES-MG apresentou-se na Secretaria Municipal de Saúde de Serro às 09h00min do dia 16/04/2024. Foi realizada a reunião de abertura da auditoria, visando explicar o objetivo da auditoria e conferir a documentação solicitada, por meio do SES/GAB-AUDSUS nº. 120/2024, de 15/03/2024 (Comunicação de Auditoria). Essa reunião contou com a presença da equipe de auditores, bem como da Secretária de Saúde (Sra. K.C.P.), da enfermeira que atua no setor de Regulação (Sra. S.B.C.Z.) e do Auditor Interno da Prefeitura (Sr. J.A.C.).

As atividades da fase operativa ocorreram na sede da SMS, bem como no Setor de Finanças da Prefeitura Municipal. Tais atividades consistiram na avaliação de documentos (sendo alguns copiados para análises posteriores) e na realização de oitivas com profissionais da SMS e do Setor de Finanças da Prefeitura Municipal.

A reunião de encerramento dos trabalhos de auditoria ocorreu na sede da SMS, no dia 18/04/2024, às 10h00min e contou com a presença da equipe de auditores e da Gestora de Saúde.

LIMITAÇÃO

Não houve limitações aos trabalhos de auditoria.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



V - CONSTATAÇÕES

Grupo: Sistema Nacional de Auditoria

Constatação Nº: 684656

Subgrupo: Estrutura

Item: Estruturação/Fundamentação Legal

Constatação: Inexistência do Componente Municipal de Auditoria.

Evidência: Durante a auditoria, verificou-se que não existe Componente Municipal de Auditoria (CMA) no município do Serro.

Não existem documentos que demonstrem a existência de um CMA devidamente formalizado, como: Organograma da SMS do Serro, constando o CMA; ato legal de criação do CMA e Regulamento Interno e/ou Protocolo de atuação do CMA, contendo a especificação dos objetivos, das competências, das atividades e da composição da equipe de auditoria, assim como outros itens considerados importantes para o efetivo funcionamento do CMA.

Em relação aos recursos físicos e materiais, verificou-se que a SMS não possui espaço de trabalho definido, infraestrutura de informática composta de computadores, acesso à internet e impressora, linha telefônica, além de meio de transporte para execução das atividades de auditoria.

Verificou-se que a SMS também não conta com equipe multiprofissional para desempenhar as ações de auditoria, não existindo ato(s) de designação e/ou nomeação de profissional(is) auditor(es).

Além disso, não existem registros de ações de auditoria realizadas, incluindo Relatórios de Auditoria, Relatórios de Visitas, Pareceres Técnicos e/ou outros que demonstrem a atuação efetiva do CMA no Sistema Municipal de Saúde do Serro.

Ressalta-se que, após o recebimento do Comunicado desta auditoria, a Gestora de Saúde do Serro solicitou cooperação técnica para implantação do CMA ao Departamento Nacional de Auditoria do SUS/Ministério da Saúde.

A não estruturação do Componente Municipal de Auditoria está em desacordo com a Lei nº 8.689/1993, Artigo 6º, § 2º; com o Decreto nº 1.651/1995, Artigo 1º, Artigo 2º, Artigo 4º, caput e §3º e Artigo 5º, Inciso III; com o Manual: Orientação para Implantação de um Componente do Sistema Nacional de Auditoria do SUS - Série Auditoria do SUS - Volume 3 Brasília/DF/MS/2014, Capítulo: O que caracteriza um Componente do SNA Estruturado, pág. 28; com o Manual: Auditoria do SUS - Orientações Básicas, MS/2011, Capítulo 4: Requisitos básicos para implantação de um Componente do Sistema Nacional de Auditoria, pag. 35; com o Manual do Sistema de Informação Hospitalar do SUS (SIH-SUS) - item 4.5, pág. 12 - MS/2017, aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, Artigos 1º e 2º; com o Acórdão nº 1246/2017 - Plenário, do Tribunal de Contas da União - TCU - Data da Sessão: 14/6/2017 - Extraordinária, item 40, pág. 8; com o Modelo das três linhas do IIA 2020 - Uma atualização das três Linhas de Defesa e com a Resolução de Consolidação CIT Nº 1/2021, Anexo III, Item 4.1 "q" e "r".

Fonte da Evidência: - Ofício SMS 266/2024, de 05/04/2024 - Resposta da Sra. K.C.P., Secretária Municipal de Saúde do Serro, ao Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 120/2024, de 15/03/2024 - Comunicado de Auditoria;
- Termo de entrevista da Sra. K.C.P., Secretária Municipal de Saúde de Serro, de 17/04/2024;
- Formulário de solicitação de apoio à Departamento Nacional de Auditoria do SUS, para implantação do CMA, preenchido pela Secretária Municipal de Saúde de Serro, sem data.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício SMS 509/2024, datado de 17 de julho de 2024, a Sra. K.C.P. (pessoa física e representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Serro) se manifestou da seguinte forma:

Embora o município não conte com o Componente Municipal de Auditoria, foi solicitado ao SEAUD/MG/DENASUS/MS a cooperação técnica para a criação do componente. Para tanto, foi encaminhado formulário de solicitação de apoio ao AudSUS, cuja cópia segue em anexo (anexo 1). No dia 24/07/24, o município recebeu o primeiro email para continuação das tratativas, para que seja pactuada data para a realização da 1ª Oficina de Capacitação, cuja organização está sendo tratada por email (anexo 2). De qualquer forma, as datas para a primeira oficina estão agendadas para 18 e 19/09/2024.

Análise da Justificativa: Em sua manifestação, o auditado reconheceu a ocorrência da não conformidade, ao afirmar que o o município



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



não conta com o Componente Municipal de Auditoria. Por outro lado, demonstrou a iniciativa tomada para correção da não conformidade, ao informar que solicitou cooperação técnica para criação do componente ao SEAUD/MG/DENASUS/MS e que a 1ª Oficina de Capacitação está agendada para os dias 18 e 19/09/2024.

Avaliando-se a manifestação apresentada, as justificativas foram parcialmente acatadas, uma vez que a documentação e os argumentos apresentados demonstram que a correção da não conformidade encontra-se em curso, mas ainda não foi efetivada, não sendo, deste modo, suficientes para afastar a não conformidade.

Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Parcialmente

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL SAUDE SERRO	18 303.271/0001-81

Recomendação: Implantar o Componente Municipal de Auditoria no Sistema Municipal de Saúde do Serro, por meio da instituição formal do Serviço (Organograma da SMS do Serro, constando o CMA; ato legal de criação do CMA e Regulamento Interno e/ou Protocolo de atuação do CMA); da disponibilização de recursos físicos e materiais para execução das atividades de auditoria (espaço de trabalho definido, infraestrutura de informática, linha telefônica e meio de transporte); da constituição de equipe multiprofissional para desempenhar as ações de auditoria e da efetiva realização e registro de ações de auditoria, por meio de Relatórios de Auditoria, Relatórios de Visitas, Pareceres Técnicos e/ou outros, conforme previsto na Lei nº 8.689/1993, Artigo 6º, § 2º; no Decreto nº 1.651/1995, Artigo 1º, Artigo 2º, Artigo 4º, caput e §3º e Artigo 5º, Inciso III; no Manual: Orientação para Implantação de um Componente do Sistema Nacional de Auditoria do SUS - Série Auditoria do SUS - Volume 3 Brasília/DF/MS/2014, Capítulo: O que caracteriza um Componente do SNA Estruturado, pág. 28; no Manual: Auditoria do SUS - Orientações Básicas, MS/2011, Capítulo 4: Requisitos básicos para implantação de um Componente do Sistema Nacional de Auditoria, pag. 35; no Manual do Sistema de Informação Hospitalar do SUS (SIH-SUS) - item 4.5, pág. 12 - MS/2017, aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, Artigos 1º e 2º; no Acórdão nº 1246/2017 - Plenário, do Tribunal de Contas da União - TCU - Data da Sessão: 14/6/2017 - Extraordinária, item 40, pág. 8; no Modelo das três linhas do IIA 2020 - Uma atualização das três Linhas de Defesa e na Resolução de Consolidação CIT N° 1/2021, Anexo III, Item 4.1 "q" e "r".

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL SAUDE SERRO	18 303.271/0001-81

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação Nº: 684935

Subgrupo: Assistência Hospitalar/Ambulatorial

Item: Normas/Rotinas/Protocolos/Comissões Internas

Constatação: O município não implantou protocolos de regulação de acesso.

Evidência: Durante a auditoria, não foram apresentados protocolos de regulação do acesso, nem documentos que comprovem a elaboração, discussão, aprovação e divulgação desses protocolos, tanto para os servidores do SCRA, quanto para os profissionais das Unidades de Saúde.

Foi verificada a inexistência de documentos padrão que contemplem critérios clínicos de classificação de risco/priorização de casos e gestão das filas de espera para acesso a procedimentos como consultas especializadas, exames e cirurgias.

Em entrevista com a Gestora, Sra. K.C.P., verificou-se que protocolos de regulação de acesso ainda não foram implantados.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Tal fato está em desacordo com a Resolução de Consolidação CIT N° 1, de 30 de março de 2021, Anexo III, Item 4.1, f; Portaria de Consolidação N° 2/2017, Anexo XXVI, Art. 4º, inciso V; Art. 10, Caput, Inciso VI e §3º, Incisos II e III; Art. 8º, §1º, Inciso IV; Resolução CIB-SUS/MG n° 8.340, de 21/09/2022, Art. 2º, Inciso I e Art. 11 e com o Guia de Governança e Gestão em Saúde, Tribunal de Contas da União, Cap. 4. Gestão Pública em Saúde, Secretarias de Saúde, pág.78, Item de Controle MAC 4.6.

Fonte da Evidência: - Ofício SMS 266/2024, de 05/04/2024 - Resposta da Sra. K.C.P., Secretária Municipal de Saúde do Serro, ao Ofício SES/GAB-AUDSUS n°. 120/2024, de 15/03/2024 - Comunicado de Auditoria;
- Termo de entrevista da Sra. K.C.P., Secretária Municipal de Saúde de Serro, de 17/04/2024.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício SMS 509/2024, datado de 17 de julho de 2024, a Sra. K.C.P. (pessoa física e representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Serro) se manifestou da seguinte forma:

Embora o município tenha assumido a gestão plena dos prestadores há dois anos, o setor de regulação do acesso ainda está em processo de estruturação. A lei que institui o Complexo Municipal de Regulação ainda está em minuta, com previsão de ser aprovada e entrar em vigor a partir de janeiro de 2025. A discussão dos protocolos de regulação ainda está em tramitação e, até o momento, temos apenas um protocolo elaborado no ano de 2020, que está em processo de reavaliação.

Foi apresentado o anexo 3, referente ao Protocolo de Regulação das Solicitações de Tratamento Fora do Domicílio (TFD), que se encontra em revisão.

Análise da Justificativa: Em sua justificativa, o auditado informou que a discussão dos protocolos de regulação está em tramitação e apresentou o anexo 3-Protocolo de Regulação das Solicitações de TFD, um protocolo elaborado no ano de 2020, que está em processo de reavaliação.

Avaliando-se a manifestação e a documentação apresentadas, as justificativas foram parcialmente acatadas, não sendo suficientes para afastar a não conformidade. Através da análise do documento enviado - Anexo 3, concluiu-se que a correção da não conformidade está em curso, mas não foi efetivada. Propõe-se a aplicação da penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Parcialmente

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL SAUDE SERRO	18 303.271/0001-81

Recomendação: Implantar protocolo de regulação do acesso, bem como comprovar a divulgação e capacitação dos profissionais da rede em relação ao mesmo, conforme previsto na Resolução de Consolidação CIT N° 1, de 30 de março de 2021, Anexo III, Item 4.1, f; Portaria de Consolidação N° 2/2017, Anexo XXVI, Art. 4º, inciso V; Art. 10, Caput, Inciso VI e §3º, Incisos II e III; Art. 8º, §1º, Inciso IV; Resolução CIB-SUS/MG n° 8.340, de 21/09/2022, Art. 2º, Inciso I e Art. 11 e com o Guia de Governança e Gestão em Saúde, Tribunal de Contas da União, Cap. 4. Gestão Pública em Saúde, Secretarias de Saúde, pág.78, Item de Controle MAC 4.6.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL SAUDE SERRO	18 303.271/0001-81

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação N°: 684936

Subgrupo: Assistência Hospitalar/Ambulatorial

Item: Recursos Humanos

Constatação: O SCRA não capacita de forma permanente as equipes das unidades de saúde.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Evidência: Durante a auditoria, não foram apresentados cronogramas de capacitações regulares, que indiquem a existência de um planejamento de ações de educação permanente desenvolvido pelo SCRA para as equipes das unidades de saúde do município, assim como não foram apresentados documentos comprobatórios da realização de tais capacitações, como: materiais didáticos, listas de presença, certificados e outros.

Em entrevista com a Gestora, a Sra. K.C.P., verificou-se que não existe capacitação, de forma permanente, para as equipes das Unidades de Saúde. Ocorreram reuniões pontuais, de acordo com a necessidade. Porém, as mesmas não foram registradas.

Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 8º, §1º, Inciso VII e Art. 10, §3º, Inciso II.

Fonte da Evidência: - Ofício SMS 266/2024, de 05/04/2024 - Resposta da Sra. K.C.P., Secretária Municipal de Saúde do Serro, ao Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 120/2024, de 15/03/2024 - Comunicado de Auditoria;
- Termo de entrevista da Sra. K.C.P., Secretária Municipal de Saúde de Serro, de 17/04/2024.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício SMS 509/2024, datado de 17 de julho de 2024, a Sra. K.C.P. (pessoa física e representante legal da Secretaria Municipal de Saúde do Serro) se manifestou da seguinte forma:
A partir do mês de julho/2024, o setor de regulação construiu um planejamento para participar das reuniões com os coordenadores das Unidades Básicas de Saúde, que acontecem mensalmente, geralmente na primeira sexta-feira de cada mês. Nesse espaço, são discutidos os fluxos da regulação, analisadas situações específicas e realizadas as pactuações necessárias para o funcionamento do serviço. A ata da reunião de julho e a lista de presença da reunião de agosto seguem em anexo (anexo 4).

Análise da Justificativa: Em sua justificativa, o auditado informou que o setor de regulação construiu um planejamento para participar das reuniões com os coordenadores das Unidades Básicas de Saúde, que acontecem mensalmente. Contudo, não apresentou esse planejamento, nem um cronogramas com a previsão de capacitações regulares desenvolvidas pelo SCRA para as equipes das unidades de saúde do município, assim como não apresentou documentos comprobatórios da realização de tais capacitações, como: materiais didáticos, certificados. Foi apresentada apenas uma ata de reunião ocorrida em julho/2024, na qual não consta o tema abordado na capacitação, nem os responsáveis pela mesma. Além disso, na lista de presença apresentada, não há identificação da data da reunião.

Avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação da penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL SAUDE SERRO	18 303.271/0001-81

Recomendação: Garantir que o SCRA capacite de forma permanente as equipes das unidades de saúde, bem como manter documentação comprobatória dessa ação, tais como: planejamento anual das atividades, cronograma de capacitações e comprovantes da realização das mesmas (materiais didáticos, listas de presença, certificados e outros), conforme previsto na Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 8º, §1º, Inciso VII e Art. 10, §3º, Inciso II.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL SAUDE SERRO	18 303.271/0001-81



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação Nº: 684939

Subgrupo: Assistência Hospitalar/Ambulatorial

Item: Recursos Humanos

Constatação: As equipes de Regulação, Controle e Avaliação não são capacitadas de forma permanente.

Evidência: Durante a auditoria, não foi apresentado um cronograma de capacitações regulares voltadas para as equipes do SCRA, assim como não foram apresentados documentos comprobatórios da participação dos profissionais do SCRA em capacitações, como materiais didáticos, listas de presença, certificados e outros.

Em entrevista com a Gestora, a Sra. K.C.P., verificou-se que não existe capacitação, de forma permanente, para as Equipes de Regulação, Controle e Avaliação.

Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, Caput, Inciso V.

Fonte da Evidência: - Ofício SMS 266/2024, de 05/04/2024 - Resposta da Sra. K.C.P., Secretária Municipal de Saúde do Serro, ao Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 120/2024, de 15/03/2024 - Comunicado de Auditoria;
- Termo de entrevista da Sra. K.C.P., Secretária Municipal de Saúde de Serro, de 17/04/2024.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício SMS 509/2024, datado de 17 de julho de 2024, a Sra. K.C.P. (pessoa física e representante legal da Secretaria Municipal de Saúde do Serro) se manifestou da seguinte forma: Embora não haja um cronograma de capacitações, a equipe de regulação tem participado de capacitações de acordo com as necessidades ou a disponibilização das mesmas. No dia 09/07/2024 a enfermeira da regulação estiveram em reunião na Superintendência Regional de Saúde de Diamantina, para esclarecimentos e orientações sobre as ações e funções do setor de regulação municipal (anexo 5).

Análise da Justificativa: Em sua justificativa, o auditado informou que não há um cronograma de capacitações e que a Coordenadora de Regulação participou de uma reunião na Superintendência Regional de Saúde (SRS) de Diamantina, para esclarecimentos e orientações sobre as ações e funções do setor de regulação municipal. Entretanto, embora seja relevante para o SCRA municipal a interlocução com a SRS de referência, tal ação não se configura como capacitação permanente da equipe do SCRA. Além disso, não foram apresentados documentos comprobatórios da participação de todos os profissionais do SCRA em capacitações, como materiais didáticos, listas de presença, certificados e outros.

Avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL SAUDE SERRO	18 303.271/0001-81

Recomendação: Garantir que os componentes do SCRA sejam capacitados de forma permanente, bem como manter documentos comprobatórios dessa ação, tais como: o planejamento anual das atividades, o cronograma de capacitações e os comprovantes da realização das mesmas (materiais didáticos, listas de presença, certificados e outros), conforme previsto na Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, Caput, Inciso V.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL SAUDE SERRO	18 303.271/0001-81

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 684910



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Rotinas de Trabalho

Constatação: A SMS não executa o controle do acesso da população própria a serviços de saúde disponíveis no seu território.

Evidência: Durante a auditoria, verificou-se a que a SMS de Serro disponibiliza a seus municípios, em seu próprio território, exames de ultrassom e duplex, além de consultas pré-cirúrgicas (cirurgia geral, ginecológica, otorrinolaringológica e consulta com anestesista). O agendamento desses procedimentos é realizado na SMS.

Foram apresentadas planilhas/cadernos de marcação desses procedimentos, a saber:

- Listas de pacientes que realizaram exames de ultrassom no Hospital e de ultrassom e duplex na Medclin (clínica contratada), nos meses de janeiro a março de 2024;
- Demanda reprimida para realização de ultrassons e duplex;
- Cadernos de marcação de consultas para avaliação pré-cirúrgica (cirurgia geral e pequenas cirurgias, cirurgia ginecológica e anestesista - risco cirúrgico), dos anos de 2023 e 2024.

Também foi apresentada uma planilha de controle, contendo a relação de municípios submetidos a cirurgias eletivas no próprio município, no período de abrangência da auditoria (janeiro de 2023 a abril de 2024).

Segundo informações da Sra. K.C.P., Gestora de Saúde, a SMS também oferece a seus municípios consultas com médicos especialistas (pediatra, geriatra, psiquiatra, clínico geral e ginecologista) na Policlínica Municipal, além de atendimentos de fisioterapia, exames laboratoriais e de raio X. Os encaminhamentos para realização desses procedimentos são feitos pelas Equipes de Saúde da Família e os agendamentos são realizados pelos próprios usuários nos estabelecimentos executores, sem intermédio da SMS.

Além disso, segundo a Gestora, a SMS também disponibiliza cirurgias ortopédicas, sendo o agendamento das mesmas realizado pelos usuários diretamente no Hospital executor (Casa de Caridade Santa Tereza).

Entretanto, não foram apresentadas agendas/planilhas de marcação, nem listas de espera referentes a esses procedimentos (consultas com médicos especialistas, atendimentos de fisioterapia, exames laboratoriais e de raio X e cirurgias eletivas de ortopedia).

Portanto, constatou-se que, para maioria dos procedimentos disponibilizados no município para população própria, não há controle do acesso realizado pela SMS, uma vez os agendamentos ocorrem nos próprios estabelecimentos executores, sem intermédio do Serviço de Controle, Regulação e Avaliação.

Ademais, constatou-se que os agendamentos dos procedimentos e as demandas reprimidas não estão organizados com base em critérios estabelecidos em Protocolos de Regulação de Acesso, visto que o município não possui esses instrumentos implantados. Existe um processo de regulação realizado por um médico regulador que, em relação aos procedimentos supracitados, inclui somente os exames de ultrassom e duplex. O médico regulador classifica os pedidos dos procedimentos por ordem de risco/prioridade, em verde, amarelo ou vermelho, sem uso de protocolos.

A falta de execução do controle do acesso da população própria a serviços de saúde disponíveis no seu território está em desacordo com a Resolução de Consolidação CIT N° 1/2021, Anexo III, item 4.1.j e com a Portaria de Consolidação n° 2/2017, Anexo XXVI, Art.5º, inciso II e Art. 10, §3º, Inciso II.

Fonte da Evidência: - Listas de pacientes que realizaram exames de ultrassom no Hospital e de ultrassom e duplex na Medclin, nos meses de janeiro a março de 2024;

- Demanda reprimida para realização de exames de ultrassom e duplex, verificada in loco;
- Cadernos de marcação de consultas para avaliação pré-cirúrgica (cirurgia geral e pequenas cirurgias, cirurgia ginecológica e anestesista - risco cirúrgico), dos anos de 2023 e 2024, verificados in loco;
- Relação de pacientes submetidos a cirurgias eletivas, no município do Serro (população própria), no período de janeiro de 2023 a abril de 2024;



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS
Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais
Relatório Consolidado



- Termo de Entrevista da Secretária Municipal de Saúde do Serro, Sra. K.C.P., de 17/04/2024;
- Ofício SMS 266/2024, de 05/04/2024 - Resposta da Sra. K.C.P., Secretária Municipal de Saúde do Serro, ao Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 120/2024, de 15/03/2024 - Comunicado de Auditoria;
- Registros fotográficos de pedidos de exames de ultrassom e duplex (da demanda reprimida) com classificação de risco/prioridade definida pelo médico regulador do município.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício SMS 509/2024, datado de 17 de julho de 2024, a Sra. K.C.P. (pessoa física e representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Serro) se manifestou da seguinte forma:

Conforme comprovado durante a auditoria, a SMS realiza o agendamento, para os munícipes de Serro, de exames de ultrassom, duplex e consultas pré-cirúrgicas. As consultas com médicos especialistas na Policlínica Municipal e com fisioterapeutas na Clínica Municipal de Fisioterapia, é agendado nos próprios serviços, de acordo com a avaliação de risco dos profissionais. Em relação à Policlínica Municipal, não há fila de espera para a realização de consultas médicas, e o agendamento é feito a partir do encaminhamento das Unidades Básicas de Saúde. Na Clínica Municipal de Fisioterapia há fila de espera, cujo agendamento é realizado de acordo com a estratificação de risco dos pacientes (foto das agendas anexo 6). O município realiza ainda agendamento de consultas de ortopedia e cirurgias eletivas (anexo 7 e 8).

Análise da Justificativa: Em sua manifestação, o auditado apresentou a Lista de pacientes para avaliação de ortopedia na Casa de Caridade Santa Tereza, no período de 31/05 a 02/08/2024 e a Relação de pacientes submetidos a cirurgias eletivas, no município do Serro (população própria), de maio a julho de 2024, que inclui cirurgias ortopédicas. Esses documentos demonstram que a SMS passou a executar o controle do acesso da população própria a consultas e cirurgias ortopédicas disponíveis no seu território.

Também foi apresentada a cópia de um caderno com a Lista de Espera para agendamento dos pacientes com solicitação de fisioterapia no Serro, com demandas de outubro de 2019 a julho de 2024. Segundo o auditado, os atendimentos de fisioterapia são agendados na Clínica Municipal de Fisioterapia, de acordo com a avaliação de risco dos profissionais. Entretanto, verificou-se que essas demandas estão organizadas de acordo com a ordem de chegada para agendamento e não de acordo com o risco/prioridade de atendimento.

Não foram apresentados documentos comprobatórios de que a SMS executa o controle do acesso da população própria às consultas com médicos especialistas oferecidas na Policlínica Municipal, nem aos exames laboratoriais e de raio X disponíveis no seu território.

Avaliando-se a manifestação apresentada, as justificativas foram parcialmente acatadas, não sendo suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de advertência escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Parcialmente

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL SAUDE SERRO	18 303.271/0001-81

Recomendação: Executar o controle do acesso da população própria aos serviços de saúde disponíveis no seu território e manter documentação comprobatória dessa ação, tais como planilhas/cadernos/relatórios de sistemas de informação referentes à marcação desses procedimentos e listas de espera, além de manter documentação comprobatória de que as demandas estão organizadas com base em critérios estabelecidos em Protocolos de Regulação de Acesso, conforme previsto na Resolução de Consolidação CIT N° 1/2021, Anexo III, item 4.1.j e na Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, Art.5º, inciso II e Art. 10, §3º, Inciso II.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
------	----------



SECRETARIA MUNICIPAL SAUDE SERRO

18.303.271/0001-01

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 684977

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Rotinas de Trabalho

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde controla a referência de seus munícipes a ser realizada em outros municípios.

Evidência: Durante a auditoria, verificou-se que o município de Serro encaminha seus munícipes para atendimento em outros municípios, tanto pela Programação Pactuada Integrada (PPI), quanto pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Jequitinhonha (CISAJE), sendo Diamantina e Belo Horizonte as principais referências.

As vagas disponíveis para atendimento em Diamantina são informadas pela SMS de Diamantina e pelo CISAJE em cada mês. Foram apresentadas as agendas de consultas disponibilizadas pela SMS de Diamantina ao Serro, na Policlínica Municipal e na Faculdade de Medicina da Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), entre os meses de janeiro e abril/2024.

Também foi apresentado o quantitativo de consultas e exames oferecido pelo CISAJE ao Serro, no período de 01/02 a 30/04/2024, bem como o Relatório de Agendamentos (Procedimentos Marcados), no período de 01/01 a 26/03/2024.

Além disso, foram verificados arquivos físicos e uma planilha eletrônica contendo o cadastro de pacientes na lista de espera para realização de consultas e exames em Diamantina, de 2023 e 2024.

Verificou-se que a SMS do Serro realiza marcação dos procedimentos cirúrgicos de média complexidade para os próprios munícipes em Belo Horizonte, além de ser responsável pelas marcações de procedimentos de alta complexidade realizados em Belo Horizonte, para população dos cinco municípios da microrregião do Serro. Foram apresentados:

- Ofícios de solicitação de cirurgias de média complexidade em Belo Horizonte (para população do Serro) e Protocolos de Devolução da AIH-TFD da SMS de Belo Horizonte, de janeiro a março de 2024;
- Protocolos de entrega de documentos com a relação dos pacientes/procedimentos para marcação em Belo Horizonte, das SMS da microrregião (Alvorada de Minas, Conceição do Mato Dentro, Serra Azul de Minas e Santo Antônio do Itambé) para a SMS do Serro, de janeiro a março de 2024;
- Planilhas de controle das solicitações de consultas e exames de alta complexidade, para os municípios da microrregião do Serro, em Belo Horizonte - Amostra referente à oftalmologia, cardiologia, ortopedia, pediatria e cirurgia (laudo para solicitação de AIH), de 2024.

Constatou-se, ainda, que os pedidos dos procedimentos realizados em outros municípios são classificados pelo médico regulador, de acordo com o risco/prioridade, em verde, amarelo e vermelho.

Tais fatos estão de acordo com a Resolução de Consolidação CIT N° 1/2021, Anexo III, item 4.1.g e com a Portaria de Consolidação N° 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, § 3º, Inciso IV.

Fonte da Evidência: * Relatório extraído do site da PPI/MG, da competência 03/2024. Foco de pesquisa: Origem - Serro; Discriminar por: Município Atendimento. Disponível em: <http://ppiassistencial.saude.mg.gov.br/consulta-ppi>;
* Agendas de consultas disponibilizadas pela SMS de Diamantina ao município do Serro, dos meses de janeiro a abril/2024;
* Quantitativo de procedimentos por município, para o Centro de Especialidades Médicas do CISAJE. Serro, do período de 01/02 a 30/04/2024;
* Relatório de Agendamento (Procedimentos Marcados), Período: 01/01 a 26/03/2024;
* Arquivos físicos referentes aos usuários na lista de espera para realização de consultas e exames em Diamantina, de 2023 e 2024, verificados in loco;
* Cadastro de pacientes na lista de espera para realização de consultas e exames em Diamantina, de 2023 e 2024;
* Ofícios de solicitação de cirurgias de média complexidade do Serro em Belo Horizonte, de janeiro a março de



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



2024;

* Protocolos de Devolução da AIH-TFD da SMS de Belo Horizonte, referentes a cirurgias de média complexidade, de janeiro a março de 2024;

* Protocolos de entrega de documentos com a relação dos pacientes/procedimentos para marcação em Belo Horizonte, das SMS da microrregião para a SMS do Serro, de janeiro a março de 2024;

* Planilhas de controle das solicitações de consultas e exames de alta complexidade, para os municípios da microrregião do Serro, em Belo Horizonte - Amostra referente à oftalmologia, cardiologia, ortopedia, pediatria e cirurgia (laudo para solicitação de AIH), de 2024;

* Termo de Entrevista da Secretária Municipal de Saúde do Serro, Sra. K.C.P., de 17/04/2024;

* Ofício SMS 266/2024, de 05/04/2024 - Resposta da Sra. K.C.P., Secretária Municipal de Saúde do Serro, ao Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 120/2024, de 15/03/2024 - Comunicado de Auditoria.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 684678

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde garante o acesso à população referenciada por outros municípios de acordo com a PPI.

Evidência: Durante a auditoria, verificou-se que a SMS de Serro garante o acesso à população referenciada por outros municípios, a consultas médicas (avaliações pré-cirúrgicas) e a cirurgias eletivas realizadas na Casa Caridade Santa Tereza. Entre os atendidos, estão municípios que possuem pactuação com Serro, segundos dados da PPI, a saber: Alvorada de Minas, Conceição do Mato Dentro, Dom Joaquim, Leme do Prado, Rio Vermelho, Santo Antônio do Itambé, São João Evangelista e Serra Azul de Minas.

Foram apresentadas Tabelas de consultas especializadas, contendo a relação de usuários agendados pela SMS do Serro para consultas especializadas realizadas antes das cirurgias eletivas (cirurgia geral, ginecologia e risco cirúrgico), por município de origem, dos meses de janeiro a março de 2024.

Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, § 3º, V e com a Portaria de Consolidação nº 1/2017, Título I, Art. 3º.

Fonte da Evidência: - Termo de Entrevista da Secretária Municipal de Saúde do Serro, Sra. K.C.P., de 17/04/2024;
- Relatório extraído do site da PPI Assistencial/MG, da competência 03/2024. Foco de pesquisa - Atendimento: Serro; Discriminar por: Gestão/Município de Origem;
- Tabelas de consultas especializadas, dos meses de janeiro, fevereiro e março de 2024.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 684662

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde não participa da elaboração e revisão periódica da PPI.

Evidência: Durante a auditoria, verificou-se que não houve revisão da PPI no período de abrangência da auditoria (2023 e 2024), tanto em relação às pactuações dos procedimentos oferecidos no Serro (para população própria e referenciada), quanto em relação às pactuações realizadas com outros municípios, para atendimento à população própria.

Verificou-se um Relatório de Remanejamentos, extraído do Sistema GERASUS-SES/MG, no qual não consta nenhum registro de remanejamento solicitado pela SMS de Serro, no período de 01/01/2023 a 15/03/2024.

Além disso, não foram apresentados documentos técnicos relacionados à revisão da PPI, tais como: controle de cotas,



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



atas de reuniões ou outros documentos que comprovem a avaliação dos pactos assistenciais atuais, realizada com base em critérios epidemiológicos, históricos, econômicos (incluindo a análise de produção), assim como na abertura e no fechamento de serviços e também em ações políticas, como o estabelecimento de convênios, contratos, parcerias, entre outros fatores.

Em entrevista, a Gestora de Saúde informou que existem remanejamentos necessários, que foram discutidos de maneira informal na SMS, relacionados, por exemplo, a cirurgias em otorrinolaringologia e cirurgias de cabeça e pescoço, mas que ainda não foram efetivados.

Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, § 3º, Inciso X e com o Manual Técnico Remanejamento, da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, Versão Julho/2022 (texto na íntegra).

Fonte da Evidência: - Relatório de Remanejamentos, extraído do Sistema GERASUS-SES/MG, do período de 01/01/2023 a 15/03/2024;
- Ofício SMS 266/2024, de 05/04/2024 - Resposta da Sra. K.C.P., Secretária Municipal de Saúde do Serro ao Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 120/2024, de 15/03/2024 - Comunicado de Auditoria;
- Termo de Entrevista da Secretária Municipal de Saúde do Serro, Sra. K.C.P., de 17/04/2024.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício SMS 509/2024, datado de 17 de julho de 2024, a Sra. K.C.P. (pessoa física e representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Serro) se manifestou da seguinte forma:

Realmente não houve revisão da PPI no período de abrangência da auditoria. No momento, estamos realizando estudo para revisão de PPI, já que algumas especialidades devem ser trazidas ao município, como a Tomografia, após a instalação do tomógrafo, prevista para dezembro/2024. Uma parte da PPI de otorrinolaringologia também deve ser trazida ao município, já que hoje está em Diamantina, porém o município não tem nos atendido.

Análise da Justificativa: Em sua manifestação, o auditado reconheceu a não conformidade ao afirmar que "realmente não houve revisão da PPI no período de abrangência da auditoria". Por outro lado, informou que está em andamento um estudo para revisão de PPI, porém não apresentou documentos técnicos comprobatórios desses estudos, o que demonstraria que a correção da não conformidade está em curso.

Avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL SAUDE SERRO	18 303.271/0001-81

Recomendação: Participar da elaboração e revisão periódica da PPI, conforme previsto na Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, § 3º, Inciso X e no Manual Técnico Remanejamento, da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, Versão Julho/2022 (texto na íntegra).

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL SAUDE SERRO	18 303.271/0001-81

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação Nº: 684940

Subgrupo: Assistência Hospitalar/Ambulatorial

Item: Recursos Humanos

Constatação: O profissional que autoriza as AIH não cumpre os pré-requisitos previstos nas normativas do SUS.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Evidência: Durante a auditoria, procedeu-se à análise dos espelhos de AIH, do período de janeiro e fevereiro de 2024, sendo verificado que o médico C.E.G.G., que apresenta o Cartão Nacional de Saúde (CNS) número ***016277566***, consta como autorizador de AIHs no período. Em consulta ao CNES, verificou-se que não existem vínculos ativos para esse profissional e, em entrevista com a Gestora, constatou-se que o mesmo não possui vínculo com o Setor de Regulação da SMS.

À análise dos referidos espelhos, verificou-se ainda, que a médica F.F.S., CNS ***208285190***, também consta como autorizadora de AIHs. Em consulta ao CNES e em entrevista com a Gestora, constatou-se que essa profissional não possui vínculo com o Setor de Regulação da SMS.

Segundo a Gestora, o médico autorizador de AIH do município é o Sr. E.V.D.J. Contudo, não existe designação formal do mesmo para exercer tal função e não foram verificadas AIHs autorizadas por ele, na amostra analisada.

Tal fato está em desacordo com o Manual Técnico Operacional do Sistema de Informações Hospitalares do SUS, versão jan/2017 - Item 4.3 - Aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, Artigos 1º e 2º e Resolução de Consolidação CIT nº 1/2021, Anexo III, Item 4.1.h.

Fonte da Evidência:

- Espelhos de AIH dos meses de janeiro e fevereiro de 2024;
- Consulta ao CNES para identificação de profissionais pelo CNS, em 16/04/2024;
- Ofício SMS 266/2024, de 05/04/2024 - Resposta da Sra. K.C.P., Secretária Municipal de Saúde do Serro, ao Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 120/2024, de 15/03/2024 - Comunicado de Auditoria;
- Termo de Entrevista da Secretária Municipal de Saúde do Serro, Sra. K.C.P., de 17/04/2024.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício SMS 509/2024, datado de 17 de julho de 2024, a Sra. K.C.P. (pessoa física e representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Serro) se manifestou da seguinte forma:

Desde a data da auditoria estamos tentando entender qual o motivo pelo qual aparece como médico autorizador um profissional que não trabalha no município há pelo menos cinco anos. Pedimos apoio da SRS e do nível central para identificarmos onde está o problema e a conclusão até o início de agosto, é que não havia nada de errado com o cadastro ou acesso ao sistema na SMS ou no hospital. O problema parecia ser a nível central e, pelo que fomos informados, outros municípios enfrentam a mesma situação.

Essa discussão aconteceu por whatsapp com a técnica responsável da SRS (anexo 09).

Entretanto, no dia 10/08/24, a Sra. S.D., da SRS de Diamantina, fez uma intervenção direta com o Hospital Casa de Caridade Santa Tereza, e nos informou que foi detectado um problema no SIAH01 do hospital, o que foi corrigido no mesmo dia.

Entretanto, só temos como comprovar que o problema realmente foi resolvido no próximo mês, quando avaliarmos os espelhos de AIH. Segue em anexo a Portaria nº 1015/2024 que nomeia servidor municipal como médico regulador, autorizador de AIH e autorizador de APAC (anexo 10).

Análise da Justificativa: Em sua justificativa, o auditado informou que a Sra. S.D., da SRS de Diamantina, fez uma intervenção direta com o Hospital Casa de Caridade Santa Tereza e que foi detectado um problema no SIAH01 do hospital, o que foi corrigido no mesmo dia, e que o auditado só poderá comprovar que o problema realmente foi resolvido no próximo mês, quando avaliarem os espelhos de AIH.

Foi enviada a Portaria nº 1015/2024 que nomeia o Sr. E.V.D.J. como médico regulador e autorizador de AIH (anexo 10).

Avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Acatamento da Justificativa: Sim

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
------	----------



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS
Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais
Relatório Consolidado



SECRETARIA MUNICIPAL SAUDE SERRO

18 303.271/0001-81

Grupo: Regulação
Subgrupo: Controle e Avaliação
Item: Estruturação/Fundamentação Legal
Constatação Nº: 684667
Constatação: Não existe profissional de Nível Superior da Área da Saúde formalmente designado para autorização de APAC.
Evidência: Verificou-se que, no período de abrangência da auditoria, houve emissão de APAC no município do Serro somente para realização de um mutirão de cirurgias de catarata, em dezembro de 2023.

Foi apresentada a Síntese da Produção do APAC, de dezembro de 2023, da Casa Caridade Santa Tereza, extraída do Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA/SUS), referente à realização do procedimento de Facoemulsificação com implante de lente intraocular dobrável (cirurgia de catarata). Verificou-se que essas APACs foram autorizadas pelo Sr. E.V.D.J., profissional de Nível Superior da Área da Saúde (médico), vinculado à SMS do Serro. Entretanto, constatou-se que esse profissional não é formalmente designado para autorização de APAC.

Tal fato está em desacordo com o Manual Técnico Operacional do Sistema de Informações Ambulatoriais - SIA/SUS. Março/2010, Item 6.2.1, aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, Artigos 1º e 2º.

Fonte da Evidência: - Síntese da Produção do APAC, de dezembro de 2023, da Casa Caridade Santa Tereza, extraída do Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA/SUS), em 18/01/2024;
- Diploma do Sr. E.V.D.J., profissional médico, datado de 14/01/2016;
- Carteira profissional de médico do Sr. E.V.D.J., datada de 22/04/2016;
- Documento sem data, assinado pela Secretária Municipal de Saúde do Serro, Sra. K.C.P., sobre a atuação do Sr. E.V.D.J. na SMS do Serro;
- Ofício SMS 266/2024, de 05/04/2024 - Resposta da Sra. K.C.P., Secretária Municipal de Saúde do Serro, ao Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 120/2024, de 15/03/2024 - Comunicado de Auditoria;
- Termo de entrevista da Sra. K.C.P., Secretária Municipal de Saúde de Serro, de 17/04/2024.

Conformidade: Não Conforme
Justificativa: Por meio do Ofício SMS 509/2024, datado de 17 de julho de 2024, a Sra. K.C.P. (pessoa física e representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Serro) se manifestou da seguinte forma:
Segue em anexo a Portaria nº 1015/2024 que nomeia servidor municipal como médico regulador, autorizador de AIH e autorizador de APAC (anexo 10).

Análise da Justificativa: Em sua manifestação, o auditado encaminhou a Portaria Municipal nº 1015, de 28/06/2024, que nomeia o Sr. E.V.D.J. como autorizador de APAC do município do Serro, o que comprova que a não conformidade foi sanada.

Avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Acatamento da Justificativa: Sim

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL SAUDE SERRO	18 303.271/0001-81

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade
Subgrupo: Assistência Hospitalar/Ambulatorial
Item: Normas/Rotinas/Protocolos/Comissões Internas
Constatação Nº: 684941



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Constatação: A Comissão de Acompanhamento da Contratualização não foi devidamente formalizada.

Evidência: Durante a auditoria, verificou-se que não existe Comissão de Acompanhamento da Contratualização (CAC) da Casa de Caridade Santa Tereza.

No Contrato nº 281/2023 celebrado entre o Município do Serro e a Casa de Caridade Santa Tereza, em sua Cláusula Sétima (Do Acompanhamento, Controle e Avaliação do Contrato), está previsto que a Contratante instituirá a CAC. Verificou-se que o item I dessa Cláusula refere-se à constituição dessa Comissão, que deverá ser composta por 2 (dois) representantes da Contratada e 2 (dois) representantes da Contratante. No Item II, são relacionadas todas as atribuições dessa Comissão; e o Item III refere-se à responsabilidade da SMS de criar essa Comissão no prazo de trinta dias após a assinatura do Contrato, cabendo à Contratada, neste prazo, indicar o seus representantes.

Entretanto, não foi apresentado ato formal (como Portaria ou Decreto), que nomeie membros (da SMS e do Hospital) para compor a Comissão de Acompanhamento da Contratualização da Casa de Caridade Santa Tereza e que tenha sido objeto de publicação no Diário Oficial do município ou equivalente, conforme preconizado em legislação.

Também não foram apresentados à Equipe de Auditoria, documentos como atas de reuniões, Pareceres ou Relatórios emitidos pela Comissão.

Em entrevista com a Secretária Municipal de Saúde, Sra. K.C.P., verificou-se que não existe Comissão de Acompanhamento da Contratualização da Casa de Caridade Santa Tereza.

Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXIV, Anexo 2, Cap. II, Art. 5º, Inciso VII e Cap. V, Seção IV, Art. 32, Caput e § 2º.

Fonte da Evidência: - Ofício SMS 266/2024, de 05/04/2024 - Resposta da Sra. K.C.P., Secretária Municipal de Saúde do Serro, ao Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 120/2024, de 15/03/2024 - Comunicado de Auditoria;
- Termo de entrevista da Sra. K.C.P., Secretária Municipal de Saúde de Serro, de 17/04/2024.
- Contrato nº 281/2023 celebrado entre o Município de Serro e a Casa de Caridade Santa Tereza em 01/11/2023.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício SMS 509/2024, datado de 17 de julho de 2024, a Sra. K.C.P. (pessoa física e representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Serro) se manifestou da seguinte forma:

Encaminho em anexo a Portaria nº 925/2024 que nomeia membros da Comissão de Acompanhamento da Contratualização (CAC) do município de Serro, Decreto nº 7.977/2024 que institui a CAC e dá outras providências, e a ata da primeira reunião ordinária da CAC que ocorreu em 20/06/2024 (anexo 11).

Análise da Justificativa: Em sua justificativa, o auditado enviou documentos comprobatórios da formalização da CAC, em conformidade com o previsto na Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXIV, Anexo 2, art. 32 e no Contrato nº 281/2023 celebrado entre o Município do Serro e a Casa de Caridade Santa Tereza, a saber:

- Portaria nº 925/2024 que nomeia membros da CAC do município, sendo dois representantes da Secretaria Municipal de Saúde do Serro e dois representantes da Casa de Caridade Santa Tereza;
- Decreto nº 7.977/2024 que institui a CAC e relaciona as atribuições da Comissão, em seu artigo 2º, dentre as quais: I - avaliar o cumprimento das metas quali-quantitativas e físico-financeiras; II - avaliar a capacidade instalada; e III - readequar as metas pactuadas e os recursos financeiros a serem repassados;
- Ata da primeira reunião ordinária da CAC que ocorreu em 20/06/2024, na qual foi apresentada a CAC e feita uma análise preliminar das cláusulas contratuais, especialmente em relação aos indicadores quanti e qualitativos.

Avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Acatamento da Justificativa: Sim

Responsável(eis)



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL SAUDE SERRO	18 303.271/0001-81

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade Constatação Nº: 684942

Subgrupo: Assistência Hospitalar/Ambulatorial

Item: Normas/Rotinas/Protocolos/Comissões Internas

Constatação: Não existe Comissão Municipal responsável pelo TFD formalmente nomeada pela Gestora de Saúde.

Evidência: Durante a auditoria, não foi apresentado ato de nomeação de uma Comissão Municipal responsável pelo TFD, que de acordo com o Manual de Procedimentos de TFD da SES-MG, deve ser composta por um profissional Médico, um Assistente Social, um Funcionário responsável pelo TFD e pelo Secretário Municipal de Saúde.

Ademais, não foram apresentados pareceres ou relatórios feitos por uma Comissão, para avaliação das solicitações entregues no setor de TFD do município, antes da realização dos encaminhamentos dos usuários para tratamento.

Em entrevista, a Gestora relatou que não existe Comissão Municipal responsável pelo TFD formalmente constituída, nomeada e atuante.

Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação SAES nº 01/2022, Título II, Capítulo II, Art. 140; com a Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, art. 6º, § 4º e com o Manual de Procedimentos de TFD, Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, pág. 8, Normas Específicas, item 2.2. Disponível em: https://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/2015_Manual_tratamento_fora_domicilio.pdf

Fonte da Evidência: *Ofício SMS 266/2024, de 05/04/2024 - Resposta da Sra. K.C.P., Secretária Municipal de Saúde do Serro, ao Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 120/2024, de 15/03/2024 - Comunicado de Auditoria;
*Termo de entrevista da Sra. K.C.P., Secretária Municipal de Saúde de Serro, de 17/04/2024.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício SMS 509/2024, datado de 17 de julho de 2024, a Sra. K.C.P. (pessoa física e representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Serro) se manifestou da seguinte forma:

Realmente a comissão não existe e, no momento, não é possível instituí-la, tendo em vista que a Secretaria Municipal de Saúde não conta com profissional assistente social. De qualquer forma, a Secretaria Municipal de Saúde está em processo de elaboração da Lei que institui o Complexo Municipal de Regulação, no qual se incluirá o setor de TFD, incluindo a criação de cargos. Tal projeto de lei ainda está em minuta, com previsão de ser aprovado e entrar em vigor a partir de janeiro de 2025.

Análise da Justificativa: Em sua justificativa, o auditado confirmou que a Comissão de TFD não existe e informou que, no momento, não é possível instituí-la, tendo em vista que a Secretaria Municipal de Saúde não conta com profissional assistente social e que está em processo a elaboração da Lei que instituirá o Complexo Municipal de Regulação, no qual se incluirá o setor de TFD, incluindo a criação de cargos.

Avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL SAUDE SERRO	18 303.271/0001-81

Recomendação: Instituir a Comissão Municipal responsável pelo TFD, formalmente nomeada pelo Gestor de Saúde, além de garantir a realização das atividades próprias dessa Comissão, conforme previsto na Portaria de Consolidação SAES nº 01/2022,



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Título II, Capítulo II, Art. 140; na Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, art. 6º, § 4º e no Manual de Procedimentos de TFD, Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, pág. 8, Normas Específicas, item 2.2.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL SAUDE SERRO	18.303.271/0001-81

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação Nº: 687652

Subgrupo: Assistência Hospitalar/Ambulatorial

Item: Normas/Rotinas/Protocolos/Comissões Internas

Constatação: Os processos de pagamento do TFD foram concedidos exclusivamente a pacientes atendidos na rede pública e conveniada/contratada pelo SUS, conforme legislação.

Evidência: Durante a auditoria, verificou-se que o município de Serro não realiza pagamentos diretos a pacientes do SUS e seus acompanhantes, para o custeio das despesas com o Tratamento Fora do Domicílio (TFD). Para os pacientes/acompanhantes do SUS atendidos nos municípios de Diamantina e Guanhães, a SMS disponibiliza transporte, por meio de veículos próprios. Nesse caso não há fornecimento de alimentação e hospedagem, uma vez que os municípios são próximos e os pacientes/acompanhantes retornam para o Serro no mesmo dia. Para os pacientes/acompanhantes do SUS encaminhados para Belo Horizonte, além do transporte, a SMS disponibiliza alimentação e hospedagem, por meio de uma Casa de Apoio que é mantida com recursos da Prefeitura Municipal do Serro.

Ao realizar a avaliação de uma amostra de processos de pagamentos da área da saúde, referente ao período de janeiro a março de 2024, verificou-se que não existem pagamentos diretos aos usuários do SUS do Serro para o custeio de despesas com o TFD (transporte, alimentação e hospedagem).

Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação SAES/MS nº 1/2022, Título II, Capítulo II, Art. 135, §2º e Art. 138, com a Portaria de Consolidação nº 2 de 28/09/2017, Anexo XXVI, art. 6º, § 4º e o Manual de Procedimentos de TFD - Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais/2015.

Fonte da Evidência: - Termo de entrevista da Sra. K.C.P., Secretária Municipal de Saúde de Serro, de 17/04/2024;
- Processos de pagamentos da área da saúde, referentes ao período de janeiro a março de 2024.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 685383

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Estruturação/Fundamentação Legal

Constatação: O Fundo Municipal de Saúde (FMS) constitui-se em Unidade Orçamentária e Gestora dos recursos.

Evidência: Através da análise dos documentos apresentados pela SMS de Serro: Leis Orçamentárias Anuais do município para os exercícios de 2023 e 2024, Leis de Diretrizes Orçamentárias Anuais para os exercícios de 2023 e 2024, Quadros Demonstrativos das Despesas (QDD) referentes ao mesmo período, amostragem de Notas de Empenhos (N.E) contendo detalhamento e regularidade da classificação orçamentária, Lei Municipal N.º 909/91, que institui o Fundo Municipal de Saúde de Serro e dá outras providências, bem como a situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 11.303.271/0001-81, averiguou-se que o Fundo Municipal de Saúde (FMS) constitui-se em Unidade Orçamentária e Gestora dos Recursos Financeiros do SUS, com natureza jurídica nº 133-3 (Fundo Público da Administração Direta Municipal).

Tal fato está de acordo com a Lei Complementar nº 141/2012, Artigo 14.

Fonte da Evidência: - Lei Orçamentária Anual para o ano de 2023 (Lei Municipal nº 3.398/2022);
- Lei Orçamentária Anual para o ano de 2024 (Lei Municipal nº 3.443/2023);



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



- Lei de Diretriz Orçamentária do ano de 2023 (Lei Municipal nº 3.365/2022);
- Lei de Diretriz Orçamentária do ano de 2024 (Lei Municipal nº 3.421/2023);
- Quadros Demonstrativos das Despesas (QDD) para os anos de 2023 e 2024;
- Lei Municipal nº 909, de 16/05/1991, que cria o FMS de Serro;
- Notas de empenhos referentes ao período de janeiro a março de 2024;
- Comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 11.303.271/0001-81, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, extraído em 11/03/2024 (Site: https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp).

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 685384

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Gerenciamento

Constatação: Os recursos financeiros da contrapartida municipal não são movimentados em conta corrente vinculada ao CNPJ do FMS.

Evidência: Em análise documental da relação de contas do Fundo Municipal de Saúde, bem como da declaração eletrônica Protocolo BB: 105118292/20240404-115245, emitida pelo Banco do Brasil em 04/04/2024, declarando que a conta corrente PM Serro - Saúde 15% nº 15.762-7 da Agência 1145-2 encontra-se ativa e vinculada ao CNPJ 18.303.271/0001-81, constatou-se que a conta utilizada para movimentar os recursos financeiros da contrapartida municipal está vinculada ao CNPJ da Prefeitura Municipal de Serro (CNPJ 18.303.271/0001-81) e não ao CNPJ do Fundo Municipal de Saúde (CNPJ nº 11.181.004/0001-30).

Tal fato está em desacordo com a Lei Complementar nº 141, Artigo 2º, Parágrafo único.

Fonte da Evidência: - Relação de contas do FMS de Serro;

- Declaração eletrônica Protocolo BB: 105118292/20240404-115245, emitida pelo Banco do Brasil em 04/04/2024;

- Ficha cadastral do CNPJ da Prefeitura Municipal de Serro, extraído em 11/03/2024 (Site: https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp);

- Ficha cadastral do CNPJ do FMS, extraído em 11/03/2024 (Site: https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp);

- Extratos da conta corrente nº 15.762-7, Agência 1145-2, Banco do Brasil, dos períodos de outubro a dezembro de 2023 e janeiro a março de 2024.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício SMS 509/2024, datado de 17 de julho de 2024, a Sra. K.C.P. (pessoa física e representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Serro) se manifestou da seguinte forma:

Segue em anexo, extrato da conta corrente que foi criada, vinculada ao CNPJ do FMS, para movimentação dos recursos financeiros da contrapartida municipal (anexo 12).

Foi enviado também o Contrato de abertura da conta corrente com o Banco do Brasil, assinado em 18/04/2024, onde consta a vinculação da conta corrente nº 26743-0, Ag. 1145-2, ao CNPJ do FMS (11.275.102/0001-36).

Análise da Justificativa: Em sua manifestação o auditado informa que foi aberta uma conta corrente, junto ao Banco do Brasil, vinculada ao CNPJ do FMS, para movimentação financeira dos recursos da contrapartida municipal. Foram apresentados o Contrato de abertura da conta e extratos bancários para comprovar a movimentação da referida conta.

Avaliando-se a manifestação apresentada, as justificativas foram acatadas, uma vez que a documentação e os argumentos apresentados demonstram a correção da irregularidade apontada, sendo, deste modo, suficientes para afastar a não conformidade.

Acatamento da Justificativa: Sim

Responsável(eis)



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL SAUDE SERRO	18 303.271/0001-81

Grupo: Recursos Financeiros Constatação Nº: 685385

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Gerenciamento

Constatação: A Gestora Municipal de Saúde é a ordenadora de despesas.

Evidência: Durante a auditoria, verificou-se que a Lei Municipal que cria o FMS (Lei nº 909/91, de 16/05/1991) em seu art. 4º, inciso VI define como uma das atribuições do Secretário Municipal de Saúde, ordenar empenhos e pagamentos de despesas do FMS. O Decreto Municipal nº 147/2023, de 16/06/2023, em seu artigo 1º delega a competência para os atos de ordenação, empenho e liquidação de despesas do Poder Executivo Municipal no âmbito das Secretarias Municipais aos Secretários responsáveis pelas pastas. Ainda, no artigo 1º, inciso II, delega essa competência, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, à Sra. Secretária K.C.P.

Ao analisar uma amostra de notas de empenho, referente ao período de janeiro a março de 2024, verificou-se que a gestora tem assinado como ordenadora de despesas do Fundo Municipal de Saúde, conforme preconizado em legislação.

Tal fato está de acordo com o Decreto-Lei nº 200/1967, art. 80, § 1º; com a IN/DTN nº 10/91 e com a Lei Federal nº 8.080/90, art. 9º e art. 32, § 2º.

Fonte da Evidência: - Lei Municipal nº 909, de 16/05/1991;
- Decreto Municipal nº 147/2023, de 16/06/2023;
- Notas de empenho referentes ao período de janeiro a março de 2024.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros Constatação Nº: 685386

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Gerenciamento

Constatação: A Gestora Municipal de Saúde é a autorizadora dos pagamentos do FMS.

Evidência: Ao proceder à análise de uma amostra de notas de empenhos, referentes aos recursos da saúde, do período de janeiro a março de 2024, verificou-se que a gestora de saúde de Serro tem autorizado todos os pagamentos do FMS.

Tal fato está de acordo com o Decreto Estadual nº 37.924/1996, Art. 21 e a Lei Federal nº 8.080/90, Art. 9º e Art. 32, parágrafo 2º.

Fonte da Evidência: - Notas de empenho referentes ao período de janeiro a março de 2024.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros Constatação Nº: 685387

Subgrupo: Contrato

Item: Contrato de Empresa

Constatação: O contrato firmado com o prestador hospitalar Casa de Caridade Santa Tereza dispõe das cláusulas e condições exigidas em legislação.

Evidência: Em análise documental e diligências realizadas, evidenciou-se que, no período de abrangência da auditoria, a Administração Pública do Município de Serro celebrou com a Casa de Caridade Santa Tereza, o Contrato nº 281/2023, de 01/11/2023, com vigência de 12 meses, a partir da data de assinatura, para aquisição de serviços de saúde de assistência médico-hospitalar.



Verificou-se ainda que foi celebrado o 1º Termo Aditivo, em 04/01/2024, alterando a cláusula primeira e incluindo uma alínea na cláusula sexta do contrato original, vinculando todas as obrigações decorrentes da contratação às disposições da Portaria que motivou o repasse dos recursos financeiros.

Além disso, foi celebrado, o 2º Termo Aditivo ao contrato original, em 22/02/2024, tendo como objeto a alteração da cláusula primeira, com inclusão do item 5 (Recursos Extraordinários/Ordinários referentes ao pagamento do piso da enfermagem).

O referido contrato dispõe de todas as cláusulas e dispositivos exigidos pela legislação em vigor, tais como: documento descritivo dos serviços ambulatoriais e hospitalares contratados, indicadores de monitoramento para repasse de recursos, metas quantitativas e qualitativas, responsabilidades das partes e programação orçamentária estimada (valores pré e pós fixados).

Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação Nº 01/2017 - Artigos 130 ao 142; com a Portaria de Consolidação Nº 02/2017 - Anexo XXIV - Capítulo III - Art. 32, §1º, artigos 34, 35 e 36 e com a Lei nº 8666/93, Art. 54, parágrafo 1º, Art. 55.

Fonte da Evidência: - Contrato nº 281/2023, de 01/11/2023;
- Primeiro Termo Aditivo, de 04/01/2024;
- Segundo Termo Aditivo, de 22/02/2024.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 685388

Subgrupo: Contrato

Item: Contrato de Empresa

Constatação: O Contrato formalizado com o prestador hospitalar de Serviços ao SUS (Casa de Caridade Santa Tereza) foi precedido de processo licitatório, conforme legislação aplicável.

Evidência: Em análise documental, constatou-se que o Contrato nº 281/2023, de 01/11/2023, firmado entre a SMS de Serro e a Casa de Caridade Santa Tereza, foi precedido pelo Processo Administrativo Licitatório nº 159/2023, da modalidade inexigibilidade, autuado em 04/09/2023, pela Comissão Permanente de Licitação.

Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação nº 1/2017, art. 132, caput; e com a Lei nº 14.133/2021, Artigos 190 e 191.

Fonte da Evidência: - Processo licitatório, na modalidade inexigibilidade, Processo Administrativo nº 159/2023, autuado em 04/09/2023;
- Contrato nº 281/2023, de 01/11/2023.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 685389

Subgrupo: Licitação

Item: Procedimento

Constatação: O processo licitatório do contrato formalizado com o prestador hospitalar de serviços ao SUS (Casa de Caridade Santa Tereza) está devidamente instruído, conforme legislação aplicável.

Evidência: Em análise documental, constatou-se que o processo administrativo licitatório nº 159/2023, na modalidade inexigibilidade, está devidamente instruído, conforme legislação aplicável.

Inicia-se com a autuação e requisição de documentos para comporem o processo, conforme termo assinado em 04/09/2023 pela Presidente da Comissão Permanente de Licitações, tendo como objeto repasses federais e estaduais destinados à Casa de Caridade Santa Tereza. Consta no processo a Portaria nº 454/2023, de 03/08/2023, nomeando os



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



membros da Comissão de Pregão e membros da Comissão Permanente de Licitação. Através do Ofício SMS nº 549/2023, de 28/07/2023, a Secretária Municipal de Saúde formaliza solicitação de contratação da Casa de Caridade Santa Tereza. Estão anexados ao processo, documentos da referida instituição hospitalar, quais sejam: Estatuto da Instituição; documentos pessoais do dirigente; ata de reunião ordinária, realizada na data de 30/11/2022, para eleição e posse de diretoria e conselho fiscal; Registro Civil nº 17053, livro A 45, folha 149, de 27/12/2022, da Entidade Hospitalar; Certidões Negativas de Débitos e Impedimentos Legais; Mapa de Apuração do Processo Licitatório; Termo de Inexigibilidade de Licitação; Parecer Jurídico, de 11/09/2023; Contrato nº 281/2023, de 01/11/2023 e seus anexos.

Tal fato está de acordo com a Lei nº 8.666/1993, Artigos 24, 25, 26 e 38 e com a Lei nº 14.133/2021, Artigo 6º, Inciso L, Artigos 8º, 18, 190 e 191.

Fonte da Evidência: - Processo licitatório, na modalidade inexigibilidade, Processo Administrativo n.º 159/2023, autuado em 04/09/2023;
- Portaria nº 454/2023, de 03/08/2023, nomeando os membros da Comissão de Pregão e os membros da Comissão Permanente de Licitação.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regionalização, Planejamento e Programação

Constatação Nº: 685398

Subgrupo: Plano de Saúde

Item: Submetido ao Conselho

Constatação: O Plano Municipal de Saúde foi elaborado pela SMS, registrado no DIGISUS e encaminhado ao Conselho Municipal de Saúde.

Evidência: Durante a auditoria, em análise documental e consulta ao Sistema DIGISUS, verificou-se que o Plano Municipal de Saúde, para o período de 2022 a 2025, foi elaborado pela SMS de Serro, registrado no DIGISUS e encaminhado ao Conselho Municipal de Saúde (CMS) para análise. Verificou-se ainda, que esse plano foi aprovado pelo CMS, conforme o registro na Deliberação nº 59, de 06/06/2023.

Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação nº 01/2017, Artigo 94, § Único, Inciso I e Artigos 95 e 96, Caput e § 7º; Artigo 435 e Artigo 436, Inciso I, a.

Fonte da Evidência: - Plano Municipal de Saúde - 2022 a 2025;
- Relatórios do Sistema DIGISUS, de 13/03/2024;
- Deliberação do CMS nº 59, de 06/06/2023.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regionalização, Planejamento e Programação

Constatação Nº: 685399

Subgrupo: Instrumentos de Planejamento PS

Item: Submetido ao Conselho

Constatação: A Programação Anual de Saúde foi elaborada pela SMS, registrada no DIGISUS e encaminhada ao Conselho Municipal de Saúde.

Evidência: Durante a auditoria, em análise documental e consulta ao Sistema DIGISUS, verificou-se que a Programação Anual de Saúde (PAS), para o ano de 2024, foi elaborada pela SMS de Serro, registrada no DIGISUS e encaminhada ao Conselho Municipal de Saúde para análise. Verificou-se ainda, que a PAS foi aprovada pelo CMS, conforme o registro na Deliberação nº 03, de 02/04/2024.

Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação nº 01/2017, Artigo 94, § Único, Inciso I, Artigos 95, 97, 98, Inciso I, Artigo 435 e Artigo 436, Inciso I, b.

Fonte da Evidência: - Programação Anual de Saúde - 2024;
- Relatórios do Sistema DIGISUS, de 27/03/2024;
- Deliberação do CMS nº 03, de 02/04/2024.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Conformidade: Conforme

Grupo: Regionalização, Planejamento e Programação

Constatação Nº: 685400

Subgrupo: Instrumentos de Planejamento RAG

Item: Submetido ao Conselho

Constatação: O Relatório Anual de Gestão foi elaborado pela SMS no DIGISUS e encaminhado ao Conselho Municipal de Saúde.

Evidência: Durante a auditoria, em análise documental e consulta ao Sistema DIGISUS, verificou-se que o Relatório Anual de Gestão (RAG), para o ano de 2023, foi elaborado pela SMS no DIGISUS e encaminhado ao CMS para análise. Verificou-se, ainda que o RAG foi aprovado pelo CMS, conforme o registro na Deliberação nº 02, de 02/04/2024.

Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação nº 01/2017, Artigo 94, § Único, Inciso I e Artigos 95 e 99, Caput e § 3º, Artigo 435 e Artigo 436, Inciso II, b; e com a Portaria de Consolidação nº 04/2017, Anexo III, Capítulo III, Artigo 15.

Fonte da Evidência: - Relatório Anual de Gestão (RAG), para o ano de 2023;
- Relatórios do Sistema DIGISUS, de 27/03/2024;
- Deliberação do CMS nº 02, de 02/04/2024.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regionalização, Planejamento e Programação

Constatação Nº: 685401

Subgrupo: Relatório de Gestão

Item: Submetido ao Conselho

Constatação: Os Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior (RDQAs) foram elaborados pela SMS no DIGISUS e encaminhados ao Conselho Municipal de Saúde.

Evidência: Durante a auditoria, em análise documental e consulta ao Sistema DIGISUS, verificou-se que o primeiro, segundo e terceiro RDQAs, do ano de 2023, foram elaborados pela SMS no DIGISUS e encaminhados ao CMS para análise. Verificou-se ainda, que esses relatórios foram aprovados pelo CMS, conforme o registro em deliberações e ata do CMS.

Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação nº 01/2017, Artigos 94, 435 e 436, item II, a; com a Lei Complementar nº 141/2012, Artigo 41.

Fonte da Evidência: - Primeiro, segundo e terceiro RDQAs, do ano de 2023;
- Relatórios do Sistema DIGISUS, de 19/04/2024;
- Deliberação do CMS nº 64, de 12/09/2023;
- Deliberação do CMS nº 67, de 16/01/2024;
- Ata de reunião do CMS, de 02/04/2024.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regionalização, Planejamento e Programação

Constatação Nº: 685402

Subgrupo: Relatório de Gestão

Item: Homologação

Constatação: Os Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior (RDQAs) não foram apresentados à Casa Legislativa Municipal.

Evidência: Durante a auditoria, verificou-se que os Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior (RDQAs), para o ano de 2023, não foram apresentados pela SMS à Casa Legislativa Municipal. Registra-se que os referidos relatórios foram apenas enviados à Câmara de Vereadores, em 02/04/2024, conforme Ofício COMSAS nº 01/2024.

Por meio do Ofício SMS 266/2024 e em Entrevista, a Gestora confirmou que os RDQAs de 2023 foram enviados, mas não foram apresentados à Câmara de Vereadores.

Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação nº 01/2017, Artigo 100, Caput e a Lei Complementar nº



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



141/2012, Artigo 36, Caput e §5º.

Fonte da Evidência: - Primeiro, segundo e terceiro RDQAs do ano de 2023;

- Ofício COMSAS nº 01/2024, de 02/04/2024, enviado pela Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Serro ao Presidente da Câmara de Vereadores, encaminhando os RDQAs e o Relatório Anual de Gestão do ano de 2023;

- Ofício SMS 266/2024, de 05/04/2024 - Resposta da Sra. K.C.P., Secretária Municipal de Saúde do Serro, ao Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 120/2024, de 15/03/2024 - Comunicado de Auditoria;

- Termo de Entrevista da Secretária Municipal de Saúde do Serro, Sra. K.C.P., de 17/04/2024.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício SMS 509/2024, datado de 17 de julho de 2024, a Sra. K.C.P. (pessoa física e representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Serro) se manifestou da seguinte forma:

Conforme comprovado, os relatórios foram enviados à Câmara de Vereadores, porém realmente não foram apresentados.

A partir do próximo relatório, os mesmos passarão a ser apresentados, conforme orientado.

Análise da Justificativa: Em sua manifestação, o auditado reconheceu a ocorrência da não conformidade, ao afirmar que o o município realmente não apresentou os RDQAs à Câmara de Vereadores e se comprometeu a realizar a apresentação a partir do próximo relatório.

Avaliando-se a manifestação apresentada, as justificativas não foram acatadas, uma vez que os argumentos apresentados demonstram que não houve correção da irregularidade apontada, não sendo, deste modo, suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL SAUDE SERRO	18 303.271/0001-81

Recomendação: Apresentar os RDQAs em audiência pública na Câmara Legislativa Municipal, conforme previsto na Portaria de Consolidação nº 01/2017, Artigo 100, Caput e a Lei Complementar nº 141/2012, Artigo 36, Caput e §5º.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL SAUDE SERRO	18 303.271/0001-81

VI - CADASTRO DA NOTIFICAÇÃO

Origem: Diretoria de Auditoria Assistencial

Data: 11/06/2024

Ofício Nº: 3572024

Data: 11/06/2024

VII - REGISTRO FINAL SOBRE A NOTIFICAÇÃO

Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº 357/2024, de 11/06/2024, foi encaminhado o Relatório Preliminar de Auditoria nº 739 à Secretaria Municipal de Saúde de Serro, para conhecimento e manifestação, o qual foi recebido em 18/06/2024, conforme Aviso de Recebimento dos Correios BR 936353582 BR.

Foi também encaminhado o Ofícios SES/GAB-AUDSUS nº 358/2024, juntamente com o Relatório Preliminar, a Sra. K.C.P. (pessoa física responsabilizável à época dos fatos), para conhecimento e manifestação, o qual foi recebido em 09/07/2024, conforme Avisos de



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Recebimento dos Correios BR 936353843BR.

Por meio do Ofício nº 402/24, de 16/06/24, a Gestora de Saúde solicitou prorrogação de prazo para manifestação, o qual foi concedido por meio do Ofício SES/URSDIA-ARAS-SUS/MG nº. 6/2024, de 18/06/24.

Por meio do Ofício nº 509/2024, de 17/07/2024, a Sra. K.C.P. (pessoa física e representante legal da SMS de Serro - pessoa jurídica) apresentou manifestação em 1ª Instância, com relação às constatações não conformes registradas no Relatório Preliminar de Auditoria. Essa manifestação foi analisada pela equipe responsável pela auditoria.

O Relatório Final de Auditoria será elaborado e encaminhado à pessoa jurídica, bem como à pessoa física responsável, sendo-lhes assegurado o direito à ampla defesa e contraditório em segunda instância.

VIII - CONCLUSÃO

A auditoria na Secretaria Municipal de Saúde de Serro foi realizada de acordo com o Regulamento do Sistema de Auditoria Assistencial da Secretaria de Estado de Saúde, aprovado pela Resolução SES-MG nº 2.906, de 24/08/2011. Transcorridas todas as etapas do processo de auditoria, a equipe concluiu que os objetivos foram alcançados, com a verificação e detecção de:

- Inexistência do Componente Municipal de Auditoria;

- Falhas na estruturação e funcionamento do Serviço de Controle, Avaliação e Regulação (SCRA), a saber: Ausência de implantação de protocolos de regulação de acesso; falta de capacitação permanente das equipes das unidades de saúde, pelo SCRA, bem como dos profissionais do SCRA; falhas na execução do controle do acesso da população própria aos serviços de saúde disponíveis no seu território; falta de revisão periódica da PPI, além de inexistência da Comissão Municipal responsável pelo TFD;

- Não apresentação dos RDQAs na Câmara Legislativa Municipal.

Não permaneceram irregularidades na organização do Fundo Municipal de Saúde.

A Gestora de Saúde do Serro apresentou manifestação em 1ª Instância, com relação às constatações não conformes registradas no Relatório Preliminar de Auditoria. Essa manifestação foi analisada pela equipe responsável pela auditoria. Algumas justificativas foram acatadas, uma vez que as irregularidades foram sanadas; outras foram acatadas parcialmente ou não acatadas, uma vez que os argumentos e/ou documentos apresentados não foram suficientes para afastar as não conformidades.

O presente processo de auditoria continuará em tramitação, garantindo ao auditado o direito de defesa em segunda instância. Recomenda-se que a Secretaria Municipal de Saúde mantenha a observância aos preceitos legais, com vistas à garantia da qualidade da atenção prestada aos usuários do SUS.

ENCAMINHAMENTOS

Encaminhamento de Relatório Final de Auditoria nº 739, para conhecimento e manifestação em segunda instância:

1- Ofício de Aplicação de penalidade à Secretaria Municipal de Saúde de Serro (pessoa jurídica);

2- Ofício de Notificação de Relatório Final de Auditoria à Sra. K.C.P. (pessoa física);

Após transcorridas todas as fases do processo administrativo, também será dada ciência dos resultados dessa auditoria:

1- Ao Conselho Municipal de Saúde de Serro;

2- À Superintendência Regional de Saúde de Diamantina.